

DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Emanuel Santana dos Santos¹

Pedro Guilherme da Silva Soares²

Resumo: A população LGBTQIA+ enfrenta desafios históricos relacionados ao preconceito, à discriminação e à negação de direitos, fatores que impactam diretamente suas condições de saúde e o acesso aos serviços públicos. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ na saúde pública brasileira, considerando aspectos históricos, sociais e institucionais que influenciam o acesso e a qualidade da assistência no Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, realizada nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando descritores relacionados à população LGBTQIA+, ao SUS e ao contexto brasileiro. Foram selecionados cinco artigos publicados nos últimos cinco anos, analisados por meio de leitura exploratória e categorização temática. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços promovidos pela Política Nacional de Saúde Integral LGBT, persistem barreiras significativas para a efetivação do cuidado integral, incluindo discriminação institucional, heteronormatividade, insuficiente capacitação dos profissionais de saúde e desconhecimento das políticas públicas. Além disso, fatores socioculturais, como o binarismo de gênero, contribuem para a exclusão e invisibilização de

parte dessa população nos serviços de saúde. Conclui-se que a garantia da equidade em saúde para a população LGBTQIA+ demanda o fortalecimento das políticas públicas existentes, investimentos em educação permanente dos profissionais e a implementação de práticas assistenciais pautadas no respeito à diversidade sexual e de gênero.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Sistema Único de Saúde; Saúde Pública; Equidade em Saúde; Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Abstract: The LGBTQIA+ population faces longstanding challenges related to prejudice, discrimination, and the denial of rights, which directly affect their health conditions and access to public services. In this context, this study aimed to analyze the main challenges faced by the LGBTQIA+ population within Brazilian public healthcare, considering the historical, social, and institutional aspects that influence access to and the quality of care provided by the Brazilian Unified Health System (SUS). This qualitative and descriptive literature review was conducted using the SciELO and PubMed databases, with descriptors related to the LGBTQIA+ population, the SUS, and the Brazilian context.

¹ Cirurgião-dentista residente em Atenção Básica. E-mail: emanuelsantanadentista@gmail.com

² Fisioterapeuta pós-graduando em Fisioterapia Pélvica. E-mail: isiopedroguilherme@gmail.com
Revista VEREDAS – Centro Universitário UNIFAVIP Wyden (ISSN 1984-8463)
Caruaru/PE-Brasil



Five articles published within the last five years were selected and analyzed through exploratory reading and thematic categorization. The results show that, despite the progress promoted by the National Policy for Comprehensive LGBT Health, significant barriers to the provision of comprehensive care persist, including institutional discrimination, heteronormativity, insufficient training of healthcare professionals, and limited awareness of public policies. Furthermore, sociocultural factors, such as the gender binary, contribute to the exclusion and

invisibility of segments of this population within healthcare services. It is concluded that ensuring health equity for the LGBTQIA+ population requires strengthening existing public policies, investing in the continuing education of healthcare professionals, and implementing healthcare practices grounded in respect for sexual and gender diversity.

Keywords: LGBTQIA+; Brazilian Unified Health System; Public Health; Health Equity; National Policy for Comprehensive LGBT Health.

1. INTRODUÇÃO

A população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais e outras dissidências de gênero e sexualidade (LGBTQIA+) é evidenciada por uma série histórica de lutas e reivindicações por direitos sociais, em um contexto de uma sociedade preconceituosa que frequentemente coloca essas pessoas em situação de instabilidade em suas vivências (Ferreira; Nascimento, 2022). A linha do tempo de resistência da comunidade é marcada por diversas discussões que comprometem sua qualidade de vida, e que, ainda na contemporaneidade, continuam a ameaçar seus direitos básicos de existência na sociedade civil (Miskolsi *et al.*, 2022).

Em consonância com esse contexto, no âmbito da saúde pública brasileira, pactuada como direito constitucional e universal pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a população LGBTQIA+ passa a ganhar maior visibilidade a partir da década de 1990, sobretudo associada ao tratamento de pessoas com ISTs e HIV/Aids, restringindo-se, à época, quase exclusivamente a essas questões (Ferreira; Nascimento, 2022).

Ao longo da evolução das políticas públicas no Brasil, ainda que essa população tenha conquistado maior notoriedade e espaço em determinadas pautas - a exemplo do programa Brasil sem Homofobia, instituído em 2004, que fortaleceu o diálogo entre a sociedade civil e o Estado - foi apenas em 2011, com a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT+, que

Revista VEREDAS – Centro Universitário UNIFAVIP Wyden (ISSN 1984-8463)
Caruaru/PE-Brasil



se estabeleceu um marco mais abrangente no reconhecimento de suas demandas específicas no sistema de saúde (Brasil, 2013).

Com grande relevância, essa política ampliou significativamente o debate acerca da comunidade, deixando de se restringir - como em períodos anteriores - às questões relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis, passando a contemplar a saúde de forma integral. Nesse sentido, busca reconhecer e intervir nas diversas barreiras que comprometem a qualidade de vida dessa população, evidenciando suas demandas de atenção à saúde (Brasil, 2013).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080 e 8.142 de 1990, é responsável por consolidar o cenário de saúde pública vigente no Brasil, reestruturando o modelo assistencial no país e considerando as iniquidades em saúde presentes na sociedade, garantindo o acesso universal e a continuidade do cuidado (Brasil, 1990).

Em consonância com seus princípios e diretrizes, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT surge com o objetivo de fortalecer a equidade, integralidade e universalidade, exercendo papel indispensável no enfrentamento da discriminação e da estigmatização dessa população. A política apresenta caráter transversal, intervindo em todos os níveis de atenção e reconhecendo a necessidade de uma abordagem ampliada e integral no cuidado em saúde, contemplando as especificidades dessa população nos diversos pontos da rede de atenção.

O ponto central dessa política está ancorado no reconhecimento do histórico e persistente preconceito vivenciado cotidianamente pela população LGBT, expresso em dimensões culturais, religiosas e políticas, os quais contribuem para a negação de direitos humanos básicos e impactam diretamente nos determinantes sociais da saúde. Desse modo, evidenciam-se as especificidades desse grupo, considerando suas diversidades, com vistas à promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde e à qualificação da atenção ofertada.



Para além das possibilidades reconhecidas a partir da formulação dessa política, ainda persiste o preconceito difundido contra essa população, o qual amplia-se no âmbito social e se estende ao próprio sistema de saúde, refletindo em barreiras de acesso, fragilidades no acolhimento e no despreparo dos profissionais frente às diversidades, além da permanência de estigmas institucionais. Tais adversidades comprometem a qualidade da atenção prestada e distanciam-se do modelo proposto pela política, configurando-se como um relevante desafio para a efetivação dos princípios do SUS.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um resumo expandido de caráter qualitativo e descritivo, elaborado com o objetivo de sintetizar e analisar a produção científica acerca dos desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ na saúde pública brasileira, considerando aspectos históricos, sociais e institucionais relacionados ao acesso e à qualidade da assistência em saúde.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados eletrônicas SciELO e PubMed, utilizando os descritores indexados no DeCS/MeSH (Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings): “Brazil”, “sexual and gender minorities”, “Unified Health System” e “SUS”, em português e inglês. A estratégia de busca empregou o operador booleano AND, resultando na seguinte combinação: “sexual and gender minorities AND Unified Health System AND Brazil”.

Foram adotados como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis nos idiomas português e inglês, com texto completo disponível e que abordassem diretamente questões relacionadas à saúde da população LGBTQIA+ no contexto do Sistema Único de Saúde. Foram excluídos estudos duplicados, publicações pagas sem acesso integral, documentos incompletos e trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema proposto.

O processo de seleção dos estudos seguiu as etapas recomendadas pela estratégia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), compreendendo: identificação dos estudos nas bases de dados, remoção de duplicidades, leitura



dos títulos e resumos, avaliação da elegibilidade por meio da leitura integral dos textos e inclusão final dos artigos que atenderam aos critérios estabelecidos.

Foram identificados inicialmente 10 artigos potencialmente relevantes. Após as etapas de triagem e análise de elegibilidade, cinco estudos foram selecionados para compor a revisão. Para a análise dos dados, realizou-se uma leitura exploratória e analítica dos artigos selecionados, seguida da extração das principais informações relacionadas aos objetivos, metodologia, população estudada, resultados e conclusões de cada pesquisa. Posteriormente, os achados foram organizados em categorias temáticas, permitindo identificar convergências e divergências entre os estudos.

A análise dos resultados ocorreu em três etapas. Na primeira, foram identificadas as principais barreiras de acesso aos serviços de saúde enfrentadas pela população LGBTQIA+, incluindo discriminação, preconceito institucional e dificuldades de acolhimento. Na segunda etapa, foram analisados os fatores relacionados à implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, destacando avanços, limitações e desafios na efetivação de suas diretrizes. Por fim, foram examinados os aspectos estruturais e socioculturais que influenciam a assistência à saúde dessa população, como a heteronormatividade, o binarismo de gênero e a capacitação dos profissionais de saúde. A síntese dos resultados foi realizada por meio da comparação crítica dos estudos, buscando compreender como diferentes evidências científicas dialogam entre si e contribuem para a compreensão dos desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ no âmbito do SUS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados dos estudos analisados convergem ao demonstrar que, embora o Brasil possua avanços importantes no campo das políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, persistem obstáculos significativos para a efetivação do cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS). Ferreira e Nascimento destacam que a implementação da Política Nacional de

Revista VEREDAS – Centro Universitário UNIFAVIP Wyden (ISSN 1984-8463)
Caruaru/PE-Brasil



Saúde Integral LGBT ainda é limitada por barreiras estruturais, organizacionais e ideológicas, especialmente pela permanência de práticas heteronormativas e pela insuficiente capacitação dos profissionais de saúde. De forma semelhante, a revisão integrativa realizada por Silva et al. ao analisar os dez anos de vigência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT evidencia que o desconhecimento da política por parte dos trabalhadores da saúde constitui um dos principais entraves para sua consolidação, demonstrando uma distância entre as diretrizes institucionais e sua aplicação cotidiana nos serviços.

Corroborando essa perspectiva, Miskolci et al. identificam que dificuldades de acesso, discriminação, centralização da assistência e lacunas na produção de dados comprometem a oferta de um cuidado equitativo à população LGBTI+. Tais resultados são reforçados pelo estudo de Santos et al., que observou que a ausência de experiências discriminatórias nas Unidades Básicas de Saúde está diretamente associada a uma maior utilização desses serviços pela população LGBTQIA+. Os autores demonstram que indivíduos que não sofreram discriminação relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero apresentaram maior probabilidade de buscar atendimento, evidenciando que o preconceito institucional constitui uma barreira concreta ao acesso à saúde.

Além das dificuldades práticas observadas nos serviços, a literatura também aponta fatores socioculturais que sustentam esses processos de exclusão. Nesse sentido, o estudo de Costa et al. discute como o binarismo de gênero ainda orienta parte das práticas assistenciais, contribuindo para a invisibilização das experiências trans e para a reprodução de formas de violência institucional. Segundo os autores, a predominância de modelos biomédicos centrados em concepções normativas de gênero limita a autonomia dos usuários e dificulta a construção de um cuidado verdadeiramente inclusivo.

Dessa forma, a articulação entre os estudos permite compreender que os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ na saúde pública brasileira não se restringem à disponibilidade dos serviços, mas envolvem questões estruturais, culturais e institucionais. A discriminação, a insuficiente capacitação profissional, o desconhecimento das políticas públicas e a persistência de concepções heteronormativas e binárias constituem fatores que dificultam a



concretização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS. Assim, torna-se fundamental fortalecer a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, ampliar a formação dos profissionais de saúde e promover práticas de cuidado pautadas no respeito à diversidade sexual e de gênero.

5. CONCLUSÃO

Ante o exposto, embora haja avanços importantes na formulação de políticas públicas voltadas à saúde da população LGBTI+ no Brasil, sua efetivação ainda é limitada por barreiras estruturais, organizacionais e socioculturais. Fatores como a heteronormatividade, a discriminação, a insuficiente capacitação dos profissionais e fragilidades na gestão comprometem o acesso e a qualidade do cuidado integral. Assim, torna-se fundamental o fortalecimento da implementação das políticas existentes, com investimento contínuo em formação profissional, produção de dados e desenvolvimento de estratégias que promovam a equidade e atendam às especificidades dessa população no âmbito do sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1990.



CORREA, Elton Hoeltgebaum de Almeida et al. 10 years of resistance/existence of the national policy for the comprehensive health of LGBT: an integrative review. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, p. e05982023, 2025.

FERREIRA, B. DE O.; NASCIMENTO, M.. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, out. 2022.

MISKOLCI, R. et al.. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3815–3824, out. 2022.

VIEIRA, Victor Fonseca; GOLDBERG, Alejandro; BERMÚDEZ, Ximena Pamela Cláudia Díaz. Transsexuality and health care in Brazil: a theoretical-conceptual discussion on the influence of gender binarism. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, p. e08942023, 2025.

